

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A CONTRIBUIÇÃO DA ABA NO CONTEXTO ESCOLAR

Aline Maria Ramos de Oliveira Vargas

Mestranda em Formação de Professores (UNEATLANTICO), Pós-graduada em Psicopedagogia (FACIPAL), Especialista em Língua Portuguesa (UNICAMP) e Licenciada em Letras (UNIFIO) – Língua Portuguesa e Inglesa e suas Literaturas. Professora de Língua Portuguesa titular de cargo na rede pública do Estado de São Paulo.

<https://orcid.org/0009-0008-6618-7652>

E-mail: aline.m.oliveira1977@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2025.V4N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2025.V4N1-06>

RESUMO: A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) tem sido amplamente reconhecida como uma abordagem eficaz para o ensino de habilidades e manejo de comportamento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No entanto, sua aplicação na educação especial ainda enfrenta desafios. Este artigo explora a importância da ABA na inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando as barreiras e possibilidades para sua implementação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Metodologia. Desafios. Inclusão. Implementação.

SPECIAL EDUCATION AND AUTISM SPECTRUM DISORDER: THE CONTRIBUTION OF ABA IN THE SCHOOL CONTEXT

ABSTRACT: Applied Behavior Analysis (ABA) has been widely recognized as an effective approach for teaching skills and managing behavior in individuals with Autism Spectrum Disorder (ASD). However, its application in special education still faces challenges. This article explores the importance of ABA in the school inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), highlighting the barriers and possibilities for its implementation.

KEYWORDS: Special Education. Methodology. Challenges. Inclusion. Implementation

INTRODUÇÃO

A educação especial voltada para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um campo que exige abordagens pedagógicas baseadas em evidências científicas para garantir o aprendizado e o desenvolvimento desses alunos. Dentro desse contexto, a Análise do Comportamento Aplicada (*Applied Behavior Analysis*, em inglês) (ABA) tem se destacado como uma metodologia eficaz na promoção de habilidades cognitivas, sociais e adaptativas. No entanto, sua aplicação no ambiente escolar ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e até ideológicos.

Embora haja um consenso sobre a eficácia da ABA no desenvolvimento de habilidades essenciais para pessoas com TEA, a implementação dessa abordagem na educação especial esbarra em fatores como a falta de formação adequada dos docentes, resistência por parte de alguns setores educacionais e dificuldades na adaptação da metodologia às demandas do ambiente escolar. Por esse motivo, o presente artigo busca aprofundar essa discussão, analisando as contribuições da ABA para a educação de alunos com TEA, as barreiras que dificultam sua implementação nas escolas e as possibilidades para ampliar seu uso no ensino especial. A partir da revisão bibliográfica e da análise crítica das propostas existentes, pretende-se trazer reflexões que possam contribuir para um ensino mais inclusivo e eficaz.

Aliás, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados em escolas regulares públicas e privadas no Brasil aumentou em 50%, passou de 405.056 para 607.144, entre os anos de 2022 e 2023. No entanto, há duas explicações para esse fato: primeiro, atualmente existe uma capacidade maior de diagnosticar pelas equipes de saúde e segundo uma maior conscientização sobre a importância e obrigatoriedade de acolher essas crianças.

Porém, para que essas crianças sejam acolhidas nas unidades escolares regulares há necessidade de que essas instituições estejam preparadas para recebê-las, como foi abordado por especialistas durante uma audiência pública na Comissão de Educação e Cultura (CE) que teve como objetivo debater o Parecer 50/2023 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que define orientações para redes de ensino e educadores de estudantes da educação especial com TEA. Durante o debate foi defendida atualização da legislação educacional dentro do contexto da sociedade brasileira, o que pode incluir também mudanças na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação — Lei 9394, de 1996), devido ao surgimento de diferentes necessidades.

De acordo com a pedagoga Suely Menezes (2024), relatora do documento no conselho Nacional de Educação, o qual foi redigido a partir de contribuições de especialistas e está sob reavaliação, o parecer vem como resposta às demandas sociais sobre o tema, fazendo um alinhamento para que se torne um documento orientador que traga auxílio para as escolas ao lidarem com o aluno de TEA. Porém, o que os centros

educacionais vêm apontando são as dificuldades encontradas para trabalhar com esse público que vão desde financiamento até condições e preparação do profissional de apoio e a valorização do professor, e até mesmo os currículos universitários que precisam de uma reformulação quanto a educação especial.

Em contrapartida, o governo do Estado de São Paulo anunciou neste ano de 2025 que ampliará o atendimento à alunos TEA (Transtorno do Espectro Autista) e TGD (Transtorno Global de Desenvolvimento) nas redes públicas de ensino, de nove mil alunos aproximadamente em 2024 para quase vinte mil em 2025 com um investimento de cerca de R\$ 135 milhões. Além de aumentar o número de profissionais para atuarem nessa área, dentre as contratações destacam-se a contrato de pôr volta de dois mil professores do programa ensino colaborativo, que será responsável pelo atendimento e desenvolvimento desses alunos, e três mil profissionais de apoio escolar (PAE -AE) que darão suporte às necessidades escolares desses alunos minimizando as barreiras de comunicação e interação com os colegas.

Com tudo, não basta investir na contratação de profissionais, há uma necessidade urgente de novas diretrizes para atender o público da educação especial, discussão que já vem sendo feita pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) desde o ano passado (2024) quando Camilo Santana, Ministro da Educação, homologou novas diretrizes para alunos TEA, que servem de referência em todas as instituições de ensino públicas ou privadas em todo país. Dessa forma, o novo documento propõe que para cada estudante TEA seja feito um estudo de caso e a partir daí elaborar um Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e um Plano de Educação Individualizado (PEI).

Porém, mesmo que haja um novo documento orientador, pode-se observar nitidamente que os professores não se sentem preparados para desenvolver um plano de ação envolvendo a educação especial, muitas vezes eles se mostram inseguros ao receber um aluno TEA em sala de aula por não apresentarem uma capacitação adequada para tal compromisso, e tais comportamentos podem afetar o desenvolvimento dessas crianças, assim como alerta Pimentel (2012).

A ausência de conhecimento do professor sobre as peculiaridades das deficiências, o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes e a não flexibilização do currículo pode ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão (Pimentel, 2012, p. 139).

Entretanto, há um parecer votado em 13 de novembro de 2024, que se trata de uma adaptação de um documento já aprovado pelo CNE em abril do mesmo ano destaca a importância de formação dos professores, além do envolvimento de toda a comunidade escolar e outros eixos estruturantes, tais como psicólogos, famílias e pesquisadores, para credibilizar a acessibilidade e sustentabilidade da inclusão escolar. Assim, como enfatiza Flávia Marçal, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB - PA), reconhecer o PEI como importante tecnologia no processo de atendimento educacional de pessoas com TEA é valorizar o trabalho dos professores quanto à adaptação curricular.

Além do mais, com o crescente número de crianças com algum tipo de necessidade educacional especial, há uma necessidade indispensável de capacitar toda a equipe escolar, desde a direção, a coordenação, o serviço de apoio até a secretaria, já que todos terão contato com esses alunos, assim como afirma Alves (2012, p. 53): “O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro da sala de aula”.

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica, com o objetivo de analisar a aplicação da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) na educação especial, com ênfase no ensino de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para isso, foram consideradas pesquisas recentes e artigos acadêmicos que discutem a implementação da ABA no contexto escolar.

A metodologia foi estruturada da seguinte forma:

1- Revisão Bibliográfica: Levantamento de estudos sobre ABA e educação especial em bases científicas como Scielo, Google Scholar e periódicos acadêmicos relevantes; Análise do artigo de Gabrielle Werenicz, identificando os principais desafios

e propostas de integração da ABA na prática educacional; Comparação das abordagens descritas no artigo com outras pesquisas acadêmicas que tratam do tema.

2. Análise Crítica: Identificação dos desafios para a implementação da ABA no ensino de alunos com TEA; Discussão sobre a necessidade de formação docente para aplicação eficaz da ABA; Avaliação das possibilidades de integração da ABA com outras metodologias pedagógicas inclusivas.

3. Delimitação do Estudo: O presente artigo se concentra no contexto educacional brasileiro, considerando políticas públicas e diretrizes para a educação especial. A análise será realizada a partir dos estudos disponíveis, sem a realização de pesquisa empírica ou coleta de dados primários.

O objetivo da investigação é constatar o crescimento de alunos TEA no sistema de ensino regular e a necessidade de uma política educacional eficaz quanto a inclusão e adaptação de materiais necessária para atender a esse público em específico, além de ressaltar a importância da valorização e capacitação de professores para atuarem tanto na educação especial quanto na escola de ensino regular, além da implementação da ABA no processo de ensino-aprendizagem da educação especial.

O PROCESSO DE INTERVENÇÃO DA ABA

A educação especial voltada para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um campo que exige abordagens pedagógicas baseadas em evidências científicas para garantir o aprendizado e o desenvolvimento desses alunos. Dessa forma, a ABA (*Applied Behavior Analysis*) oferece abordagens específicas que podem contribuir para o processo de ensino-aprendizagem desse público, uma vez que o processo de intervenção da ABA é baseado em quatro etapas principais: avaliação inicial; definição de objetivos; intervenção individualizada; monitoramento e ajustes.

Na primeira etapa, a avaliação inicial, é realizada de forma individualizada para identificar os comportamentos-alvo a serem trabalhados, sejam eles comportamentos que precisam ser desenvolvidos (habilidades sociais, comunicação, autonomia) ou comportamentos que precisam ser reduzidos, como por exemplo: comportamentos agressivos e estereotipados. Com base na avaliação inicial, estabelecem-se objetivos

claros e mensuráveis, que podem incluir o desenvolvimento de habilidades como comunicação verbal e não verbal; interação social; comportamentos adaptativos (autonomia em tarefas diárias); redução de comportamentos inadequados.

Assim que os objetivos são pré-estabelecidos, traça-se um plano de intervenção personalizada de acordo com as necessidades do indivíduo e utiliza uma variedade de técnicas afim de reforçar comportamentos desejados; extinguir comportamentos indesejados e ensinar novas habilidades. As sessões de ABA podem ser realizadas em diferentes ambientes, como escolas, clínicas ou em casa, e geralmente envolvem atividades estruturadas e reforços planejados para cada conquista.

Dessa forma, cada progresso deve ser monitorado constantemente por meio de registros detalhados e avaliações periódicas. As estratégias de intervenção são ajustadas conforme necessário, garantindo que as metas pré-estabelecidas sejam alcançadas de forma eficaz (Bondy; Frost, 2001). Para isso, a ABA utiliza diversas técnicas, tais como:

- **Reforçamento positivo:** Recompensar um comportamento desejado para aumentar a probabilidade de ele se repetir;
- **Treinamento por tentativas discretas (DTT):** Dividir uma habilidade complexa em pequenas etapas e ensiná-las de forma sistemática;
- **Modelagem:** Demonstrar o comportamento desejado para que o indivíduo possa imitá-lo;
- **Encadeamento:** Ensinar uma sequência de passos necessários para realizar uma tarefa;
- **Extinção:** Interromper o reforço de um comportamento indesejado, reduzindo sua frequência ao longo do tempo.

Por essa razão, as intervenções baseadas em ABA são recomendadas por órgãos de saúde e educação, como a Associação Americana de Psicologia (APA) e o National Autism Center, também é amplamente reconhecida como uma das abordagens mais eficazes para o tratamento de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Uma vez que auxilia no desenvolvimento de habilidades fundamentais para a vida cotidiana, tais como: comunicação verbal e não verbal; habilidades sociais; habilidades acadêmicas; comportamentos adaptativos (autonomia em tarefas diárias).

De acordo com Bond e Frost (2001), imagine, por exemplo, que o objetivo seja ensinar uma criança TEA a pedir um brinquedo de forma educada. Veja como a ABA estruturaria essa intervenção:

1. Antecedente: A criança deseja um brinquedo.
2. Comportamento: A criança pede o brinquedo.
3. Consequência: Se a criança diz “por favor”, recebe o brinquedo como reforço positivo.

Caso a criança não utilize a palavra “por favor”, o terapeuta pode modelar o comportamento desejado e oferecer outra oportunidade para que ela faça o pedido corretamente.

Agora no contexto escolar a ABA pode ser uma ferramenta facilitadora para o professor em sala de aula no caso de situação prática em uma aula de arte, por exemplo, um aluno TEA não verbal, precisa pedir materiais (cola, tesoura, lápis de cor). O professor pode utilizar um quadro com figuras para o aluno se comunicar. O professor apresenta um conjunto de figuras; o aluno escolhe a figura do objeto desejado e entrega ao professor, este reforça imediatamente (entrega o objeto e faz elogio: “Muito bem por pedir a cola!”). Por consequência, o aluno aprende a se comunicar de forma funcional e apropriada no ambiente escolar. (Bondy; Frost, 2001).

Já, Cooper; Heron; Heward (2020), demonstram uma situação prática de Redução de Comportamento Inadequado com Reforço Diferencial (DRO). Durante a aula, um aluno com TEA frequentemente se levanta sem permissão para andar pela sala, o professor pode implementar o DRO, basta acionar um cronômetro para marcar intervalos de 5 minutos, se o aluno permanecer sentado durante o tempo, recebe um reforço (adesivo, elogio, tempo no tablet). Se ele se levanta, o cronômetro reinicia e nenhum reforço é dado. Assim, a frequência do comportamento de se levantar diminui e o aluno aprende a permanecer na carteira por mais tempo.

Como pode-se observar a ABA apresenta diversas abordagens educativas que podem ajudar tanto no contexto domiciliar quanto no escolar, porém de acordo com Bueno (1999, p. 18) há uma enorme indigência de se oferecer ao professor uma orientação adequada para que este possa atender de forma apropriada aos alunos com necessidades

educacionais especiais e que eles tenham seu direito respeitado ao frequentar uma sala de ensino regular. Por outro lado, com a ABA o professor tem em mãos uma ferramenta importante e que pode lhe auxiliar no desenvolvimento de atividades que promovam a interação desses alunos, além de despertar aprendizados importantes.

Sendo assim, diversos estudos apontam os benefícios dessa abordagem, entre os quais se destacam:

- Melhorias na comunicação e interação social, favorecendo o desenvolvimento de habilidades verbais e não verbais (Cooper; Heron; Heward, 2020);
- Redução de comportamentos desafiadores, como agressividade e autoagressão, por meio de análise funcional e estratégias baseadas em reforçamento (Matson; Matson; Rivet, 2012);
- Desenvolvimento de autonomia em atividades da vida diária, como higiene e alimentação (Smith, 2011);
- Aprimoramento do desempenho acadêmico, com o uso de métodos de ensino individualizados e baseados em dados (Lovaas, 1987);
- Aumento da qualidade de vida tanto do indivíduo quanto de sua família, com maior independência e inclusão social (Granpeesheh et al., 2009).

No entanto, apesar dos benefícios reconhecidos, a ABA também é alvo de críticas e desafios, pois pode manter uma estrutura rígida e artificial: Alguns autores apontam que as intervenções podem ser excessivamente estruturadas, o que compromete a naturalidade das interações (Leaf et al., 2016). Além de manter foco limitado em comportamentos observáveis: A ênfase exclusiva no que é mensurável pode deixar de lado aspectos emocionais e subjetivos do indivíduo (Sandoval-Norton; Shkedy, 2019). Ainda, exige profissionais altamente capacitados, uma vez que para que haja efetividade da ABA depende de formação técnica rigorosa, o que dificulta sua implementação em locais com poucos especialistas (Rocha; Carrara, 2018).

Entretanto, tais críticas vêm sendo enfrentadas por meio da modernização das práticas, com maior flexibilização das abordagens, personalização das intervenções e investimentos em formação continuada de profissionais. Dessa forma, percebe-se cada vez mais a importância da capacitação e orientação do professor quanto à educação inclusiva como alerta Alves (2012, p. 70):

O educador deve ter a clara noção que, a partir do momento em que escolheu lidar com a educação inclusiva, ele tem de ter a plena conscientização de seu sentimento de insegurança em relação ao conteúdo a ser trabalhado com os alunos.

Portanto, embora existam desafios na sua implementação, a ABA continua sendo uma ferramenta valiosa para promover o desenvolvimento de habilidades e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e suas famílias. Além disso, sua eficácia é reconhecida em diversos contextos, especialmente no tratamento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A AVALIAÇÃO DO ALUNO TEA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades na comunicação social, interesses restritos e comportamentos repetitivos. A Análise do Comportamento Aplicada (ABA – Applied Behavior Analysis) é considerada uma das abordagens mais eficazes para intervir com pessoas no espectro, especialmente no contexto educacional. Um dos pilares da ABA é a avaliação sistemática, usada para identificar necessidades, planejar intervenções e monitorar o progresso do aluno. Desta forma, serão apresentados os principais métodos de avaliação utilizados na ABA com foco em estudantes com TEA.

A avaliação escolar, tradicionalmente centrada em provas e critérios uniformes, muitas vezes ignora as particularidades dos alunos com deficiência, especialmente daqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), é dever da escola promover práticas inclusivas que respeitem a diversidade humana. A avaliação é parte fundamental desse processo e deve ser conduzida com ética, equidade e sensibilidade.

Esse é outro aspecto importante a se considerar que não basta uma adaptação curricular, a avaliação também merece um olhar mais apurado por parte do professor. Esta deve ser de forma qualitativa, ou seja, deve-se considerar o rendimento do estudante e sua participação ativa em seu processo de ensino aprendizagem, através de metodologias variadas, fazendo a análise se as mudanças no currículo foram eficientes para contribuir com o processo de aprendizagem daquele aluno em específico, para que caso haja

necessidade, redefinir o Plano de Ensino Individualizado (PEI). Os Parâmetros Curriculares Nacionais esclarecem que esta adaptação curricular são

[...] decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares que os alunos aprendem, considerando que o processo de ensino aprendizagem pressupõe atender a diversificação de necessidades dos alunos na escola (Brasil, 1999, p. 15).

Pensando dessa maneira, Paulo Freire (2015) faz uma observação importante no que se refere a avaliação de modo geral, é muito mais produtiva quando se é imediata ao aprendizado, o que demonstra responsabilidade do professor com seus alunos, uma vez que a tarefa do educador é instigar, desafiar o educando a produzir entendimento daquilo que está sendo comunicado (Freire, 2015, p. 39).

Para o aluno com TEA, pequenas conquistas muitas vezes representam grandes avanços. Nesse sentido, a avaliação deve valorizar o processo de aprendizagem: a participação, o esforço, a superação de dificuldades, o engajamento e a progressiva autonomia. Segundo a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008), a observação sistemática e o acompanhamento contínuo são fundamentais para avaliar de forma formativa e propositiva.

Uma forma de garantir uma avaliação mais justa para esse tipo de aluno é diversificar os instrumentos avaliativos, assim para os alunos com TEA que podem apresentar dificuldades com linguagem verbal e escrita, mas ter forte compreensão visual ou habilidades em atividades práticas, por exemplo, a avaliação deve incluir: atividades práticas; produções visuais; registros de observação; avaliações orais com apoio visual; trabalhos em grupo mediados. Essas estratégias respeitam o princípio de equidade e favorecem a real demonstração do conhecimento (Mittler, 2003).

A seguir serão apresentados os principais métodos de avaliação utilizados na ABA com foco em estudantes com TEA:

1- . Avaliação Funcional do Comportamento (AFC)		
Objetivo:	Composta por:	Observação:
entender por que um comportamento ocorre, analisando suas funções (atenção, fuga, acesso a itens, ou automáticos).	Entrevistas indiretas (com pais, professores, cuidadores); Observações diretas com análise do padrão ABC (Antecedente, Comportamento, Consequência);	A identificação precisa da função do comportamento permite a escolha de estratégias de intervenção eficazes, como o ensino de comportamentos substitutivos ou o uso de

	Análise funcional experimental, quando apropriado.	reforçamento diferencial (Hanley et al., 2003).
--	--	---

2. Avaliação de Habilidades	
O mapeamento do repertório comportamental do aluno é essencial para o planejamento educacional. Ferramentas amplamente utilizadas incluem:	
1. ABLIS-R (Assessment of Basic Language and Learning Skills – Revised)	Desenvolvido por Partington (2006), o ABLIS-R avalia mais de 500 habilidades em 25 áreas, incluindo linguagem, interação social, motricidade, autocuidado e habilidades acadêmicas iniciais. É útil para identificar lacunas no desenvolvimento e orientar o ensino individualizado.
2. VB-MAPP (Verbal Behavior Milestones Assessment and Placement Program)	Criado por Sundberg (2008), o VB-MAPP foca na avaliação do desenvolvimento da linguagem baseada no comportamento verbal de Skinner. Divide-se em marcos do desenvolvimento verbal, barreiras ao aprendizado e transição para ambientes menos restritivos.
Observação:	Essas ferramentas ajudam a definir metas claras, mensuráveis e funcionalmente relevantes.

3. Avaliação de Preferências:	
A motivação é fundamental no ensino baseado em ABA. Avaliações de preferência identificam itens, atividades ou interações que funcionam como reforçadores	
Métodos incluem:	Apresentação de item único;
	Escolha pareada;
	Escolha múltipla com e sem reposição.
Observação:	Reforçadores eficazes aumentam a probabilidade de aquisição de habilidades e reduzem comportamentos indesejados.

(DeLeon; Iwata, 1996)

4. Linha de Base e Monitoramento de Progresso	
Antes da implementação de intervenções, estabelece-se uma linha de base para medir o desempenho atual.	
A coleta contínua de dados permite:	Avaliar o progresso; Ajustar o ensino conforme necessário; Tomar decisões baseadas em evidências.
Observação:	Ferramentas comuns incluem gráficos de frequência, registros de duração, intervalos parciais e listas de aquisição de habilidades.

(Cooper; Heron; Heward, 2020).

Portanto, como se pode observar as avaliações em ABA são contínuas, individualizadas e fundamentais para o sucesso das intervenções com alunos com TEA. Elas não apenas informam sobre o que ensinar, mas como, quando e por quê. Com base em dados objetivos, é possível promover avanços reais e mensuráveis na autonomia, comunicação e comportamento dos estudantes. Porém, em uma escola regular esse tipo

de avaliação detalhada se torna um desafio, já que em uma sala de aula regular encontram-se estudantes de vários níveis de aprendizado, além de outras necessidades educacionais que possa vir apresentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados em escolas regulares públicas e privadas no Brasil aumentou em 50% entre os anos de 2022 e 2023, podendo destacar dois fatores primordiais para esse fato: primeiro, atualmente existe uma capacidade maior de diagnosticar pelas equipes de saúde e segundo uma maior conscientização sobre a importância e obrigatoriedade de acolher essas crianças.

Assim sendo, torna-se de suma importância oferecer aos profissionais da educação uma orientação para que esse público seja atendido de forma equitativa para que haja seu desenvolvimento pleno, além de haver uma necessidade urgente de novas diretrizes para atender o público da educação especial. Ademais, essas diretrizes que propõem que seja feito um estudo de caso para alunos TEA, já foram homologadas e partir daí pode-se elaborar um Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e um Plano de Educação Individualizado (PEI), servindo de referência para todas as instituições de ensino tanto públicas quanto privadas em todos países.

Sabendo que a educação especial voltada para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um campo que exige abordagens pedagógicas baseadas em evidências científicas para garantir o aprendizado e o desenvolvimento desses alunos. Uma abordagem que auxilia muito nesse processo é a ABA (*Applied Behavior Analysis*), uma vez que oferece abordagens específicas que podem contribuir para a aprendizagem desses alunos.

Porém sua abordagem esbarra em fatores que dificultam sua implementação no contexto escolar, como por exemplo, a falta de formação adequada dos professores, resistência por parte de alguns setores educacionais e nas dificuldades de adaptação da metodologia às demandas educativas. Por esse motivo, a ABA se torna um alvo de críticas

e desafios, além de manter uma estrutura rígida e artificial e pode deixar de lado aspectos emocionais e subjetivos do indivíduo e para que haja efetividade depende da formação técnica rigorosa o que dificulta sua implementação nas instituições de ensino (Rocha; Carrara, 2018).

Apesar desses fatores, a ABA pode ser uma ferramenta facilitadora para o professor em sala de aula, seu processo de intervenção é baseado em quatro etapas principais: avaliação inicial; definição de objetivos; intervenção individualizada; monitoramento e ajustes. Além de que suas avaliações são contínuas e individuais e fundamentais para o sucesso das intervenções com alunos com TEA. Elas não apenas informam sobre o que ensinar, mas como, quando e por quê. Com base em dados objetivos, é possível promover avanços reais e mensuráveis na autonomia, comunicação e comportamento dos estudantes.

Portanto, para que haja uma aprendizagem significativa dos alunos com TEA é importante que se reconheça sua singularidade, além de manter-se um processo contínuo, considerando não apenas o conteúdo curricular, mas também o desenvolvimento global do estudante. A avaliação inclusiva rompe com o modelo excludente e passa a ser ferramenta de transformação pedagógica. Assim, em conformidade com as leis vigentes e os princípios da educação inclusiva, a escola tem o dever de garantir que todos os alunos, inclusive os com TEA, tenham a oportunidade de aprender, participar e se desenvolver plenamente e a ABA, apesar de toda dificuldade em sua implementação pode auxiliar nesse processo.

REFERÊNCIAS

- BONDY, A.; FROST, L. The Picture Exchange Communication System: Training Manual. Newark, DE: Pyramid Educational Products, 2001.
- COOPER, J. O.; HERON, T. E.; HEWARD, W. L. Análise do comportamento aplicada. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.
- COOPER, J. O.; HERON, T. E.; HEWARD, W. L. Applied behavior analysis. 3. ed. Boston: Pearson, 2020.
- DELEON, I. G.; IWATA, B. A. Evaluation of a multiple-stimulus presentation format for assessing reinforcer preferences. *Journal of Applied Behavior Analysis*, v. 29, n. 4, p. 519–533, 1996.

GRANPEESHEH, D. et al. Retrospective analysis of clinical records in 38 cases of recovery from autism. *Annals of Clinical Psychiatry*, New York, v. 21, n. 4, p. 195–204, 2009.

HANLEY, G. P.; IWATA, B. A.; MCCORD, B. E. Functional analysis of problem behavior: A review. *Journal of Applied Behavior Analysis*, v. 36, n. 2, p. 147–185, 2003.

LEAF, R.; McEACHIN, J. A work in progress: Behavior management strategies and a curriculum for intensive behavioral treatment of autism. New York: DRL Books, 1999.

LEAF, R. B. et al. Applied behavior analysis is a science and, therefore, progressive. *Behavior Analysis in Practice*, New York, v. 9, n. 1, p. 24–36, 2016.

LOVAAS, O. I. Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, Washington, v. 55, n. 1, p. 3–9, 1987.

MATSON, J. L.; MATSON, M. L.; RIVET, T. T. Social-skills treatments for children with autism spectrum disorders: An overview. *Behavior Modification*, Thousand Oaks, v. 31, n. 5, p. 682–707, 2012.

PARTINGTON, J. W. The assessment of basic language and learning skills – revised (The ABLLS-R). Walnut Creek: Behavior Analysts, Inc., 2006.

PIERCE, W. D.; CHENEY, C. D. *Análise do comportamento e aprendizagem*. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

RAMALHO, R. O.; RAMALHO, R. O.; LIMA, A. S. A. Tecnologias assistivas na educação inclusiva: promovendo a inclusão de alunos com deficiência. *Revista FT*, v. 27, n. 126, p. 1–15, set. 2023. Acesso em: 20 maio 2025.

ROCHA, R. A.; CARRARA, K. A formação de profissionais para a intervenção com crianças com autismo: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 24, n. 1, p. 67–84, 2018.

SANDOVAL-NORTON, A. H.; SHKEDY, G. How much compliance is too much compliance: Is long-term ABA therapy abuse? *Cogent Psychology*, London, v. 6, n. 1, p. 1–18, 2019.

SMITH, T. What is evidence-based behavior analysis? *The Behavior Analyst*, Boston, v. 34, n. 1, p. 1–3, 2011.

SUNDBERG, M. L. VB-MAPP: Verbal behavior milestones assessment and placement program. Concord, CA: AVB Press, 2008.

Submissão: outubro de 2025. Aceite: novembro de 2025. Publicação: fevereiro de 2026.